

# CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA AO DISCURSO DA TEOLOGIA DA DOMINAÇÃO E AO DISCURSO DA CIÊNCIA DOGMÁTICA

*Prof. Geraldo Mateus de Sá*

UEPA - Universidade do Estado do Pará

NEPEM - Núcleo de Extensão e Pesquisa em Epistemologia e Métodos

**Resumo:** Pretende-se fazer uma crítica epistemológica ao discurso constituído a partir do conhecimento religioso (Cristianismo) e do conhecimento científico (Ciência Moderna). Entende-se que tanto o discurso religioso quanto o discurso científico carregam em sua estrutura um conteúdo específico e legitimador de determinadas concepções ideológicas. Nesse caso, importa considerar tais discursos como estruturas racionais e históricas. Logo, tanto a religião quanto a ciência legitimam e canalizam suas verdades, sobretudo no sentido de estabelecer e manter suas relações de poder. Para tanto, faz-se necessário estabelecer uma crítica epistemológica às bases do conhecimento ocidental, seja no âmbito das influências da tradição judaico-cristã seja na esfera das construções científicas a partir da modernidade.

**Palavras-chave:** Discurso. Cristianismo. Ciência Moderna.

## Introdução

A natureza do discurso da teologia da dominação, bem como a do discurso da ciência dogmática, encontram-se no mesmo patamar de discussão, cujo enfoque central aponta para o contexto das relações de poder existentes nos dois campos de saber. Tanto o saber teológico quanto o conhecimento científico, em suas instâncias específicas, incorporam relações de poder, assim como se esforçam para legitimá-las e exerce-las. Nesse sentido, o saber teológico no contexto do Cristianismo impôs regras e padrões uniformizadores do conhecimento, sobretudo no sentido de legitimar e consolidar suas relações de poder. Assim, a doutrina cristã estabeleceu

um discurso autoritário e, consequentemente, de caráter imperativo. Por outro lado, o discurso científico, que posteriormente ocupou espaço considerável no campo em que a Igreja exercia seu poder, também se estruturou em moldes semelhantes à prática autoritária da teologia da dominação. Nesse contexto, o presente texto faz uma abordagem crítico-epistemológica aos princípios imperativos desses dois saberes (o religioso e o científico). Entretanto, não se pretende esgotar o assunto abordado mas fomentar questões sobre o deslocamento do eixo epistemológico do Cristianismo para o âmbito da Ciência, especificamente a partir da modernidade, com a revolução científica.

## Crítica ao discurso da Teologia da Dominação

Desejando, com a mais profunda angústia, como a que exige nosso Apostolado, que principalmente em nossa época a Fé Católica floresça e aumente por toda parte, e que toda a depravação herética seja afastada para longe das fronteiras e dos limites dos Fiéis, Nós alegremente proclamamos e até reafirmamos os meios especiais e os métodos pelos quais Nosso piedoso desejo pode obter o efeito almejado. (...). (In SZASZ, 1984:35).

O que se pretende questionar sobre a temática abordada não está no campo da fé ou de questões puramente especulativas. Pretende-se, a partir de uma breve análise histórica, problematizar o discurso da teologia da dominação em função de sua práxis imperativa, justificando seu exercício do poder em nome de Deus. Nesse sentido, a principal efetuação desse poder, no contexto histórico, se manifestou no discurso e na efetivação dos processos inquisitoriais ou nas legitimações de situações em que o poder estabelecido foi respaldado pelo discurso teológico (massificação dos povos pré-colombianos e escravização dos negros). Portanto, o discurso da Inquisição tinha o propósito de dar legitimidade e seguridade ao estabelecimento de uma instituição de poder, não de um poder epistemológico, mas de um poder teológico.

A efetivação desse tipo de poder na história da Igreja não sofreu nenhuma sanção de Deus, principalmente quando abusos de autoridade e atrocidades foram cometidos em seu nome. Portanto, Deus consentiu que 'seus ministros' infligissem um dos principais mandamentos do Decálogo – “Não matarás” (Ex 20, 13). Porquanto, os fatos que justificaram a morte de milhares de bruxas, heréticos e judeus não pactuavam com a verdade estabelecida em nome de Deus. Nesse caso, a verdade daqueles que perdiam a vida em função de salvar suas almas não comoveu o discurso da teologia da dominação. Por conseguinte, expressa bem Nagel (1966) ao dizer que:

Autoridades religiosas têm se oposto à correção de clamorosas injustiças e encorajado políticas reacionárias. As instituições religiosas têm sido abrigos do pensamento obscurantista e centros de disseminadores de intolerância. Credos religiosos têm sido usados para impor limites à livre indagação, para perpetuar um tratamento desumano dos menos favorecidos e dar apoio a doutrinas morais insensíveis ao sofrimento humano. Estes aspectos podem não contar tudo sobre a importância histórica da religião, mas são ao menos uma parte relevante da sua história (In GUERREIRO, 2000:152-4).

No Ocidente, o Cristianismo se estabeleceu como a religião da uniformidade teológica, mesmo que dissensões como a Reforma tenham ocorrido. Essas divergências não se de-

ram no sentido de amenizar as implicações imperativas do Cristianismo (especialmente da Igreja Católica<sup>1</sup>), mas culminaram em outras facções doutrinárias que, de igual modo, também se fizeram detentoras de algum tipo de poder. Por seu turno, o discurso da teologia da dominação está intricado com os principais fatos históricos, já que o poder do Cristianismo, principalmente a partir de sua romanização, não se mostrou imparcial ou neutro diante do estabelecimento de novas e efetivas relações de poder no âmbito histórico da cultura ocidental.

A teologia da dominação, que tem suas principais raízes no discurso de Paulo, passou de vítima à posição de um credo impostor. O referencial que norteia a teologia paulina se sustenta no discurso em que “todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação (Rm 13, 1-2). Nesse sentido, o discurso da teologia paulina enfatiza prioritariamente a exis-

<sup>1</sup> - Durante séculos, a Igreja procurou manter seu papel dominante na sociedade. Durante séculos, a feiticeira representou o papel que lhe estava destinado como bode expiatório da sociedade. (...) Em resumo, o *Malleus Maleficarum* é, entre outras coisas, uma espécie de teoria científico-religiosa da superioridade masculina, justificando —e, na realidade, exigindo — a perseguição das mulheres como membros de uma classe inferior, pecadora e perigosa de indivíduos” (SZASZ, 1984:35-6).

tência de uma classe dominante. Em 1 Tm 2, 1-2, Paulo recomenda que sejam feitas preces e ações de graça por todos aqueles que detêm o poder.

Conforme Garaudy (1995), na época em que Paulo faz suas exortações em defesa de um poder absoluto, o imperador de Roma era Nero. Portanto, Paulo não foge, pelo menos nessa perspectiva, à tradição judaica que exortava seus reis (Esd 6,10). Todavia, esse discurso que legitima o poder do rei pela graça de Deus não leva em conta se o rei era injusto ou opressor. Entretanto, o discurso de Paulo vai além de suas exortações pelos reis (justos ou injustos), mas se aplica às várias situações da vida social, desde as autoridades do Estado até a submissão de escravos e mulheres.

O discurso Paulino é extremamente reacionário e legitimador do cerceamento da liberdade (humana). Diz ele: “Servos, obedecei, com temor e tremor, em simplicidade de coração, a vossos senhores nesta vida, como a Cristo...” (Ef 6, 5). A concepção de Paulo afirma que os escravos devem ser ‘submissos a seus senhores em todas as coisas’, pois somente assim honrarão a Deus (Cf. Tt 2,9). O caráter imperativo desse discurso também se estende às mulheres, como afirma o próprio Paulo: “E o homem não foi criado para a mulher<sup>2</sup>, mas a mulher para o homem” (1 Cor 11, 8-

<sup>2</sup> - Cf.: Ef 5, 22; Col 3, 18; 1 Tim 2, 11.12; 1 Cor 14, 34.

9).

Na visão de Garaudy (*Ib.*), a partir de Paulo, o Cristianismo se conformou ao poder estabelecido no intuito de se tornar uma religião de prestígio, conseqüentemente, legitimadora da dominação em nome de Deus, assim como posteriormente compreendia Constantino (dois séculos depois). Na ótica de Garaudy, a tradição paulina, que ainda perdura por mais de vinte séculos, constitui uma teologia que não rompeu com o Antigo Testamento, e que no contexto atual ainda serve à sagração da dominação ('paulinismo político'), continuando a estabelecer uma estreita relação entre a Igreja e o poder estabelecido ('constantinismo').

### **Crítica ao discurso da Ciência Dogmática**

Bastante influente, mas sem muita base, a ideologia de nossa época envolve uma extensão da Ciência bem além de seus limites verdadeiros, de modo que os problemas sociais e políticos são construídos como se fossem científicos e as 'soluções' oferecidas de maneira a obscurecer as questões sociais e políticas em jogo (CHALMERS, 1994:163).

Um das principais problemáticas que envolvem a Ciência no contexto da modernidade é, seguramente, o seu discurso dogmático que preconiza a uniformidade de concepção sobre o homem e o mundo. Nesse aspecto, tal discurso anula tanto a pluralidade cultural quanto outras perspectivas epistemológicas. Nos mol-

des de uma padronização acrítica, o conhecimento moderno empenhou grandes esforços em função de fragmentar a compreensão sobre o homem e reduzi-lo a uma simplificada concepção mecanicista.

A intolerância às diferenças tornou-se uma das principais questões concernentes à dogmatização do discurso científico no contexto da modernidade. Nessa perspectiva de um discurso imperativo no campo epistemológico, a Ciência impôs sua postura dogmática em relação a outras possibilidades ou concepções de verdade, numa práxis muito semelhante às imposturas do Cristianismo messiânico.

Ao se comprometer com as instituições detentoras dos poderes político, militar e econômico, a Ciência se converteu numa poderosa força destrutiva. Ela conquistou um lugar central na determinação das relações de poder estabelecidas no curso da modernidade. A verdade 'messiânica' da Ciência dogmática disciplina o homem para uma observância 'passiva' e 'servil' em função de um 'monoteísmo científico', em estreita semelhança com a teologia da dominação. É a partir da conjuntura epistemológica da modernidade que o cientista virou um mito capaz de induzir o comportamento da sociedade ao lado de uma permanente inibição do pensamento crítico. Os cientistas constituíram uma classe especializada em pensar em consonância com as ideologias do poder estabelecido, descaracterizando os propósitos de uma

ciência neutra (Cf.: ALVES, 1993:11). Como afirma Japiassu, “esta identidade entre saber e poder não constitui uma particularidade de nossos tempos” (JAPIASSU, 1991:299), ela já ocorre desde a Revolução Científica Moderna, desencadeada no curso do século XVIII. No âmbito dessa mesma análise, orientada numa perspectiva epistemológica, “a ciência se transforma num instrumento de poder, numa arma de guerra e de dominação em contextos estratégicos. E a verdade do saber se transmuta, sem disfarce, numa força do poder: transmuta-se em dogma, em mito, assumindo o exercício da função ideológica” (SEVERINO, *In* JAPIASSU, 1991:1).

Historicamente, a sociedade nunca foi tão ameaçada pelos riscos e perigos advindos do ‘poder do saber’, especificamente do poder do saber científico. Fatos dessa natureza decorrem, hoje, principalmente no âmbito da Engenharia Genética, que apesar de seus promissores feitos, por outro lado, empolga e assombra a humanidade, tal como sucedeu com a promissora ‘era atômica’, no sentido de um progresso ilimitado. Sobre a problemática do poder científico, Foucault (1993) considera que foi por sua relação direta

com a instituição e o saber científico que o físico atômico intervinha; mas já que a ameaça atômica concernia todo o gênero humano e o destino do mundo, seu discurso podia ser ao mesmo tempo o discurso do universal. Sob a proteção deste protesto que dizia res-

peito a todos, o cientista atômico desenvolveu uma posição específica na ordem do saber. E, creio, pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía um perigo político (FOUCAULT, 1993:10).

Nessa mesma perspectiva pode ser categorizado o poder da Engenharia Genética, principalmente ao se levar em conta a extensão dos anseios humanos em função de estabelecer relações de poder e de dominação em contextos estratégicos. Em conjunturas dessa natureza, a verdade é fabricada em função de se deter o ‘poder do saber’ e o ‘poder de saber’, numa fórmula muito semelhante aos já suscitados processos inquisitoriais da Igreja. Olhando pela ótica dos efeitos de uma verdade dogmatizada, expressa bem F. Jacob ao dizer que

não é somente o interesse que leva os homens a se matarem. Também é o dogmatismo. Nada é tão perigoso quanto a certeza de ter razão. Nada causa tanta destruição quanto a obsessão de uma verdade considerada como absoluta. Todos os crimes da História são conseqüências de algum fanatismo. Todos os massacres foram realizados por virtude, em nome da religião verdadeira, do nacionalismo legítimo, da política idônea, da ideologia justa; em suma, em nome do combate contra a verdade do outro, do combate contra Satã (*In* JAPIASSU, 1991:19).

Em se tratando da ciência dogmática,

tanto em seu discurso quanto em sua práxis, parece não ter havido uma superação significativa em relação aos riscos da 'certeza de ter razão'. Tal asserção se exemplifica nas imposturas inseqüentes do poder científico, principalmente quando se remete ao comprometimento da Ciência e do cientista em relação a questões políticas, econômicas e militares etc. Nesse sentido, são pertinentes as considerações de Alan Chalmers ao afirmar que

cada cientista tem suas próprias normas e interesses, como a aquisição de riqueza, fama e poder, por exemplo. (...) A meta da Ciência se concilia com os interesses dos cientistas por meio do sistema institucionalizado de recompensas e penalizações. Dessa maneira, os cientistas são coagidos a agir de modo a atender os interesses da Ciência, porque é exatamente esta forma de agir que resulta nas recompensas que atendem a seus próprios interesses. Naturalmente, há outros interesses em jogo na atividade científica, como os monopólios profissionais, governamentais e dos setores privados (...) (CHALMERS, 1994:159).

Portanto, a postura de qualquer credo dogmático é sumamente perigosa para o homem. No caso da Ciência, além de suas implicações de ordem ideológica, há um comprometimento imensurável quanto a sua práxis, visto que não está em questão apenas o homem mas todo o Planeta e suas variadas formas de vida. Essa é uma situação que deve levar a humanidade a tomar decisões mais prudentes e adotar uma

reação mais efetiva frente às imposturas da instituição científica, sobretudo no sentido de estabelecer parâmetros éticos e restritivos a projetos e ações que violam a vida em sua totalidade.

## Considerações Finais

Apesar dos inegáveis e significativos feitos científicos, não se pode conceber que a Ciência é imaculada e neutra em suas ações. É justamente a partir de seu comprometimento direto ou indireto com o poder estabelecido é que se deve postular sobre sua práxis. Nesse caso, a Ciência deve ser responsabilizada por suas ações dogmáticas que colocam em contínuo risco a própria história humana. Somente a Ciência pôde habilitar o homem para uma autodes-truição em escala planetária. Nesse caso, tal eventualidade extrapola qualquer limite ou princípios éticos, ao mesmo tempo em que decisões dessa natureza sempre se deram em conluio com o poder político, econômico e militar.

No contexto da teologia da dominação, a Igreja (através da Inquisição<sup>3</sup>)

<sup>3</sup> - "Embora a Inquisição e a Psiquiatria Institucional tenham se desenvolvido a partir de diferentes condições econômicas, morais e sociais, suas operações são semelhantes. As duas instituições organizaram seus métodos opressivos em termos terapêuticos. O inquisidor salva a alma do herético e a integridade de sua Igreja; o psiquiatra restaura a saúde mental de seu paciente e protege sua sociedade do insano perigoso. Como o psiquiatra, o inquisidor é um epidemiologista: está preocupado com a existência da feitiçaria; é um diagnosticador: determina quem é feiticeiro e quem não o é; finalmente, é um terapeuta: exorciza o demônio e, assim, garante a salvação da alma da pessoa possesa" (SZASZ, 1984:55).

punia seus opositores a partir da arbitrariedade de seus juízos teológicos, enquanto que a Ciência também faz uso arbitrário de seu poder, tal é o caso do psiquiatra, do físico nuclear, do geneticista etc. Pode-se considerar que no curso histórico, nesse caso específico, sucedeu a transição de uma “ideologia religiosa” (teologia da dominação) para uma “ideologia científica” (ciência dogmática). Nesse sentido, entende-se concomitantemente com Thomas Szasz que “o fim

de uma ideologia é o início de outra; quando termina a heresia religiosa, começa a heresia psiquiátrica; quando termina a perseguição da feiticeira, começa a perseguição do louco” (SZASZ,1984:142) e, conseqüentemente, prevalece a ideologia do saber mais estratégico. Portanto, conclui-se que o homem atual, em suas relações com o meio que o cerca, sofre duros golpes de diversas vertentes ideológicas, dentre as quais se destaca a ideologia científica.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

*BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: Paulus, 1995.

CHALMERS, Alan. *A fabricação da Ciência*. São Paulo: UNESP, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GUERREIRO, Mario Antonio L. *Deus existe?: uma investigação filosófica*. Londrina: CEFIL/UUEL, 2000.

JAPIASSU, Hilton. *As paixões da Ciência*. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

SZASZ, Thomas. *A fabricação da Loucura*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.